



Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas

Conferência Internacional



Desafios da gestão mundial do mar em debate nos Açores

Conferência reuniu mais de 80 convidados e 195 participantes de vários países do mundo para partilhar conhecimento e debater a “Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas”. Orientada para a investigação em pescas, foram discutidos temas como a monitorização e avaliação dos recursos marinhos, literacia para os oceanos, socioeconomia das pescas, ordenamento do espaço marítimo e áreas marinhas protegidas

Áreas marinhas protegidas preocupam pescadores dos Açores

PÁGINA 2

Conhecimento científico é ‘ponto-chave’ na tomada de decisões políticas

PÁGINA 3

POEM quer diminuir os conflitos entre os setores do mar

PÁGINA 5

Partilha de informação é essencial para gerir melhor o mar

PÁGINA 5

Dados sociais e económicos são prioridade para a DRP

PÁGINA 7



Federação das Pescas preocupada com áreas protegidas

Áreas marinhas protegidas e sustentabilidade socioeconómica das pescas estão entre as preocupações da Federação das Pescas dos Açores, um dos principais parceiros na organização da conferência



Gualberto Rita participou nos grupos de trabalho promovidos na conferência

No dia em que arrancou a conferência internacional sobre “Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas”, a Federação das Pescas dos Açores, um dos principais parceiros da iniciativa que decorreu na Horta, de 7 a 10 de outubro, reiterou a sua preocupação com a sustentabilidade dos recursos piscatórios, mas também com as áreas marinhas protegidas e a sustentabilidade socioeconómica do setor.

“Apesar do rendimento do nosso setor ter origem nas capturas de pescado, reconhecemos o elevado valor do ecossistema marinho que é a base da nossa atividade e, consequentemente, do estabelecimento de áreas marinhas protegidas, pois sabemos que a existência destes espaços permitem uma mais rápida recuperação dos stocks pesqueiros”, referiu Jorge Gonçalves, vice-presidente da Federação das Pescas.

“No entanto, consideramos que a atual meta dos 15% de áreas marinhas protegidas para a Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores é elevada, tendo em conta os cuidados que já temos com o ambiente”, salientou na sessão de abertura.

Já Gualberto Rita alertou que é necessário ter em conta a sustentabilidade socioeconómica do setor, lembrando que existem muitos agregados familiares envolvidos nas pescas.

Segundo o presidente da Federação das Pescas dos Açores, “nós temos áreas muito restritas onde se pode pescar na Região, porque não temos muita plataforma continental, por isso tudo o que for implementado tem de ser com essa preocupação com a sustentabilidade socioeconómica das pescas”, referiu.

Gualberto Rita frisou, no entanto, que os pescadores não querem “fugir àquilo que é a responsabilidade e a preocupação da

sustentabilidade do recurso”, mas realçou o esforço que já tem sido feito pelo setor.

“Desde os aumentos dos tamanhos mínimos, à implementação da redução de áreas de pesca e à gestão das quotas, há imensas medidas que já foram implementadas que foram penalizadoras para o setor e foram aceites com muito esforço porque visavam a sustentabilidade dos recursos”, salientou Gualberto Rita.

Para a Federação das Pescas dos Açores, a organização da conferência internacional foi essencial para unir esforços entre os profissionais da pesca e os cientistas marinhos para que a gestão dos oceanos possa ser feita de uma forma “coerente e consistente”, através de um intercâmbio de conhecimentos e experiências.

“A pesca profissional nos Açores é uma pesca artesanal e sustentável que gere as capturas das espécies mais valorizadas e que nos tem permitido aumentar os stocks de pescado”, frisou Jorge Gonçalves, acrescentando que “esta gestão tem por base o nosso conhecimento, mas também o facto de sabermos ouvir os investigadores que se dedicam a estudar connosco a melhor forma de mantermos a nossa atividade”.

A Federação das Pescas dos Açores afirmou trabalhar diariamente para que os oceanos sejam geridos de forma sustentável, mantendo os ecossistemas saudáveis e permitindo que a pesca profissional se mantenha como fonte permanente de rendimento para as gerações atuais e futuras.



Existência de áreas marinhas protegidas permite uma melhor recuperação dos stocks pesqueiros, mas achamos que a atual meta de 15% é elevada



Conferência decorreu na Horta (Faial), de 7 a 10 de outubro, contando com cerca de 80 convidados e 195 participantes de vários países. A organização esteve a cargo da Direção Regional das Pescas em parceria com a Federação das Pescas dos Açores, do IMAR e com a colaboração da Direção Regional dos Assuntos do Mar



Governo aposta no conhecimento científico

Secretário regional do Mar, Ciência e Tecnologia realça a aposta do executivo no conhecimento científico, como forma de “apoiar a decisão política”, e na monitorização da atividade piscatória

O secretário regional do Mar, Ciência e Tecnologia, Gui Menezes, anunciou, na Horta, um investimento de dois milhões de euros em projetos e programas de recolha de dados e informação científica para 2020, numa forma de reconhecer “a importância da produção de conhecimento para o apoio à decisão política”.

No âmbito da conferência internacional, o governante relembrou a aposta do executivo em iniciativas como o POPA - Programa de Observação para as Pescas, que já conta com mais de 20 anos de existência, o cruzeiro anual de monitorização das espécies demersais (ARQDAÇO), o programa de monitorização do Banco CONDOR e o PNRD - Plano Nacional para a Recolha de Dados, que se constituem como “importantes ferramentas para o estudo e a gestão dos recursos pesqueiros” nos Açores.

Gui Menezes deu ainda destaque ao MONICO, o novo programa para Gestão dos Recursos Costeiros, que como objetivo afere o estado de exploração de recursos como peixes, lapas, cracas, algas,



Gui Menezes presidiu à sessão de abertura da conferência internacional

crustáceos, entre outras espécies, que são “alvo da pressão de exploração em algumas ilhas” e que “importa avaliar com mais detalhe”.

Na sua intervenção, o secretário regional anunciou também a preparação de um projeto-pilo-

to com o intuito de monitorizar os recursos e a atividade piscatória “quer lúdica quer profissional”.

“Para tal, ainda este ano, vai começar a ser testado um novo dispositivo numa pequena amostra de utilizadores do mar dos Açores,

é também essencial ter informação sobre a sua “dimensão social e económica”.

Nesse sentido, Gui Menezes defendeu ser necessário “avaliar a viabilidade de uma nova forma de gerir o setor da pesca, reorganizando a participação da comunidade piscatória açoriana e a forma como podemos melhorar os processos de decisão baseados nas soluções propostas pela comunidade científica e da pesca”.

O governante focou-se ainda no trabalho que precisa ser feito, com vista ao “equilíbrio entre a captura máxima sustentável e a captura máxima económica, respondendo, deste modo, aos objetivos de sustentabilidade ambiental, mas também económica e social”.

O secretário regional do Mar, Ciência e Tecnologia presidiu à conferência internacional sobre “Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas”, onde apontou como “pontos-chave” o conhecimento científico e a literacia dos oceanos para que os Açores e outras regiões insulares possam enfrentar “desafios particulares” em matérias como a conservação dos oceanos, as alterações climáticas ou a gestão dos recursos marinhos.

“Perante as ameaças que se colocam aos oceanos, os Açores, pela sua posição estratégica, pela investigação científica de excelência e pelo caráter pioneiro das suas políticas em matéria de recursos marinhos, quer estar no pelotão da frente neste desafio global de instituir um novo modelo de governança do mar”, concluiu Gui Menezes.



Conhecimento científico e literacia dos oceanos são pontos-chave para enfrentar desafios como as alterações climáticas e a gestão e conservação de recursos marinhos

res, que desenvolvam atividade lúdica ou profissional”, afirmou Gui Menezes, acrescentando que “os dados recolhidos por este dispositivo serão apenas partilhados com a autoridade de gestão das pescas e têm como objetivo conhecer a distribuição do esforço de pesca no mar dos Açores, com especial relevância para a investigação e para o apoio à decisão”.

Para o executivo açoriano, para além da recolha de informação sobre os ecossistemas e recursos ma-

Investigadora alerta que “não podemos ordenar o mar como ordenamos a terra”

Maria Adelaide Ferreira, investigadora da FCUL, alerta para os desafios de ordenar o espaço marítimo e para as consequências dessas decisões nas gerações futuras

“Não podemos ordenar o mar como ordenamos a terra”. O alerta é de Maria Adelaide Ferreira, investigadora do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), que salientou que os desafios do oceano “passam por percebermos que atividades podem acontecer e onde, tendo noção plena de que aquilo que fizermos no mar vai ter consequências a longo prazo e intergeracionais”.

A investigadora, que realizou uma apresentação conjunta com David Johnson, especialista em política dos oceanos do Reino Unido, explicou que, “por causa do nosso quadro de ordenamento, que permite a atribuição de licenças de utilização privativa do espaço marítimo até 25 anos e concessões até 50 anos, isto tudo vai ter consequências para os nossos filhos, para os nossos netos e



Maria Adelaide Ferreira fez uma apresentação conjunta com David Johnson, especialista em política dos oceanos

é muito importante que nós tenhamos consciência disto”.

Para Maria Adelaide Ferreira, as decisões tomadas relativamente à governança dos oceanos, tema em discussão na conferência internacional, “vai ser determinante para os nossos esforços globais conseguirem atingir um desenvolvimento sustentável”.

“Nós não podemos ter um desenvolvimento a qualquer custo. A ideia de crescimento é uma tolice, porque nós vivemos num planeta finito, como tal as nossas atividades também são limitadas e nós somos cada vez mais pessoas. Somos quase oito mil milhões de humanos, com os mesmos meios, com o mesmo

espaço, com as mesmas matérias-primas e, obviamente, se queremos equitabilidade, se queremos justiça, princípios fundamentais da sustentabilidade, temos que perceber que, obrigatoriamente, temos que repensar a nossa maneira de estar na vida”, realça a investigadora. Na sua intervenção, Maria Ade-

laide Ferreira partilhou com o público aquelas que considera serem as prioridades no que toca à governança dos oceanos. A investigadora revelou, desde logo, ser prioritário “agir mais de acordo com aquilo que falamos”. “Temos de adotar comportamentos de suficiência, ou seja, não podemos continuar a consumir que nem uns loucos”, salientou.

A investigadora da FCUL disse ainda que “temos de começar a falar em decrescimento”. Segundo a Maria Adelaide Ferreira, “se somos mais e queremos recursos equitativamente distribuídos por todos, cada um de nós tem que ter menos”, explicou.

“Há outra coisa que é crítica que é percebermos que somos parte integrante do ecossistema. É preciso ter algum sentido de reverência para com o mar e percebermos que somos absolutamente dependentes dele”, acrescentou.

A investigadora finalizou a apresentação, alertando que, no que diz respeito ao ordenamento do espaço marítimo, “todos temos uma palavra, todos temos um papel e temos que investir brutalmente na educação para passar esta palavra e passarmos à prática”, salientou.



Lisa Sousa foi uma das investigadoras que realizou a avaliação ambiental

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM), realizada pela Universidade de Aveiro, detetou lacunas nas áreas de defesa e vigilância e de riscos e alterações climáticas do documento referente às subdivisões do Continente e da Madeira, tendo em

conta que a dos Açores ainda se encontra em desenvolvimento, mas propõe medidas para as colmatar.

Segundo Lisa Sousa, uma das responsáveis pelo estudo, foram reconhecidas lacunas “no que respeita ao conhecimento sobre a complexidade e estado dos ecossistemas marinhos e ao im-

Avaliação ambiental deteta lacunas no plano do OEM

Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Situação do OEM deteta lacunas nas áreas de defesa e vigilância e de riscos e alterações climáticas e propõe medidas

pacto de determinadas atividades sobre o meio marinho, constituindo esse desconhecimento um constrangimento e um desafio ao desenvolvimento sustentável e à manutenção do bom estado ambiental”.

Por esse motivo, o documento recomendou que as medidas passem por “garantir a implementação dos programas de monitorização estabelecidos nos TUPEM (Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo) e o tratamento dos dados obtidos”, a “identificação e monitorização dos efeitos cumulativos” e também “promover a cooperação transfronteiriça eficiente no ordenamento do espaço marítimo”.

Além disso, consta ainda no documento a necessidade de “asse-

gurar a coordenação dos meios existentes nas diferentes entidades, promovendo a salvaguarda do interesse nacional em matéria de defesa, segurança e vigilância” e de “assegurar a capacidade de resposta a situações de emergência”.

Lisa Sousa salientou que a avaliação foi realizada em simultâneo com a elaboração do plano de situação, o que permitiu “identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente” resultantes das estratégias propostas.

Nesse sentido, a investigadora fez questão de frisar que a avaliação detetou também a existência de potenciais oportunidades no desenvolvimento de atividades que “catalisem a economia do mar e consequentemente a economia

nacional, numa ótica de sustentabilidade ambiental, social e económica”.

Lisa Sousa falou no “favorecimento do uso múltiplo do espaço marítimo” e na “promoção de sinergias entre as diversas atividades”, “diminuindo a competição pelo espaço marinho e promovendo uma maior eficiência na valorização económica dos recursos marinhos”.

A investigadora apontou também o “caráter flexível” do plano e a “transparência e partilha de informação” como pontos fortes e reconheceu ainda o “esforço na salvaguarda de áreas relevantes para a conservação da natureza”, designadamente de áreas que integram a Rede Natura 2000 e áreas marinhas protegidas.



Filipe Porteiro falou sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo e as Áreas Marinhas Protegidas

PSOEMA quer diminuir os conflitos no mar

Diretor regional dos Assuntos do Mar afirma que os desafios passam por diminuir as divergências entre os vários setores do mar e conciliar com a conservação da biodiversidade

O diretor regional dos Assuntos do Mar, Filipe Porteiro, reconheceu que existem conflitos entre os vários setores relacionados com o mar, mas salienta que os objetivos do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEMA) passam por diminuir as divergências entre os intervenientes, “conciliar os setores com a conservação da biodiversidade” e “alavancar a economia marítima”.

“Com o PSOEMA pretendemos criar um sistema espacial de utilização do espaço marítimo, em que as pessoas se revejam, que diminua a conflitualidade existente e, ao mesmo tempo, proporcione oportunidades para o crescimento das várias atividades e setores no mar”, afirmou Filipe Porteiro.

No âmbito da conferência internacional sobre “Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas”, decorreu o último de uma série de três workshops sobre o Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores com o intuito de proporcionar a intervenção dos diferentes ‘stakeholders’ que tiveram oportunidade de se envolver no processo.

“Nos workshops iniciais começou-se por definir a visão, os objetivos, encontrar os conflitos, ver também onde há sinergias e definir uma série de informação de base para alcançar a espacialização de atividades existentes e de propostas para alocar espaços para potenciar atividades futuras”, explicou Filipe Porteiro. “É essa combinação que está hoje aqui a ser discutida, em que nós pretendemos envolver todos os setores interessados”, adiantou.

Segundo o governante, o PSOEMA é um “processo contínuo, evolutivo, dinâmico, moroso e que vai sempre integrando informações novas”, por isso considerou que a integração do workshop na conferência internacional seria essencial para obter diferentes contributos.

Para Filipe Porteiro, o PSOEMA também irá ajudar a “clarificar” e a “articular” os vários instrumentos legais que “atuam no mar e que, muitas vezes, se sobrepõem e não são coerentes”. O diretor regional salientou que existe uma “sobreposição jurídica” que foi detetada aquando a revisão das áreas marinhas protegidas dos Açores, referindo-se, por exemplo, às regras das áreas de restrição de apanha de recursos costeiros no âmbito das pescas, dos POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), que “têm objetivos paralelos à conservação”, dos Parques Naturais de Ilha ou das áreas de Património Cultural Subaquático.

“No entanto, queremos propor um quadro jurídico renovado para as áreas marinhas protegidas e aí estarão incluídos os mecanismos de compatibilização dos diferentes quadros jurídicos existentes e com implicações diretas nas zonas costeiras, em especial”, destacou o diretor regional.

Recorde-se que, no início deste ano, o Governo anunciou a intenção de declarar 15% da Zona Económica Exclusiva como área marinha protegida, acrescentando 150 mil quilómetros quadrados à área atual.



PSOEMA vai criar um sistema de utilização do espaço marítimo que diminua a conflitualidade e proporcione crescimento dos setores do mar

Prioridade é aprender a gerir melhor o mar

Para o diretor regional das Pescas, o mote da conferência passa por “transformar ameaças em oportunidades” através da partilha de conhecimento para melhorar a gestão do mar



Direção regional das Pescas foi responsável pela organização da conferência na Horta

O diretor regional das Pescas, Luís Rodrigues, afirmou na Horta que o mote da conferência passou por aprender a “transformar ameaças em oportunidades” através da partilha de conhecimento, com o intuito de melhorar a gestão do mar e das pescas nos Açores.

“Para melhor proteger, gerir e decidir sobre os ecossistemas e os recursos marinhos e para melhor aproveitar as oportunidades dentro da economia azul, é necessário apostar no conhecimento ambiental e socioeconómico. Só assim estaremos preparados para enfrentar os desafios que se apresentam à pesca e só assim conseguimos transformar ameaças em oportunidades”, salientou Luís Rodrigues.

No âmbito da sua intervenção na conferência internacional, o diretor regional das Pescas frisou a necessidade de “conhecer o mar, o seu valor e quanto é que eu posso retirar ao mar de uma forma sustentável” e, ainda, saber “quantas pessoas podem viver daquilo que se retira do mar”, de forma a tomar decisões informadas.

“Hoje, para quem decide sobre o mar, para quem se interessa em proteger o mar, para quem sente que deve estar preparado para tantos desafios que o mar enfrenta, é importante ter informação que habilite decisão. Quantas licenças podemos passar? Qual deve ser o tamanho mínimo ou a quota de uma espécie? São algumas das questões que se colocam e é a produção de conhecimento que nos dá as respostas”, salientou.

Segundo Luís Rodrigues, “queremos dar um sinal claro de que a sustentabilidade e a responsabilidade com que tratamos os ecossistemas marinhos são uma prioridade”. Por esse motivo, apesar de termos os “melhores investigadores do mundo, queremos trazer mais gente que nos ajudasse a pensar”, realçou o diretor regional.

De acordo com o governante, “a pesca



Objetivo da conferência foi tornar os Açores no centro da investigação e da partilha de informação sobre a gestão do mar a nível das regiões arquipelágicas

precisa de sair de um casulo, precisamos de criar pontes e parcerias e queremos abrir espaço para que outros venham, participem e colaborem connosco na procura de perceber a melhor forma de gerir este que é o principal recurso do planeta”.

Na Horta, Luís Rodrigues destacou que é essencial perceber que a pesca “também se faz da parte social e económica”. Segundo o diretor regional, “normalmente, quando se pensa em pesca, pensa-se em peixe e em stocks. Mas a pesca são pessoas”, disse.

O governante defende, por isso, que é importante envolver todos os ‘players’ da pesca na tomada de decisões, afirmando que os pescadores devem participar e “não devem apenas ser chamados para lhes ser apresentado o ‘quê’, devem ser chamados para lhes apresentarem também o ‘porquê’”.

Luís Rodrigues finalizou a intervenção, salientando que o objetivo da conferência foi “tornar os Açores, durante quatro dias, o centro do mundo no que diz respeito à investigação, à produção de informação sobre o mar e juntar o maior número de protagonistas, não só aqueles que estudam o mar no seu aspeto mais ambiental, mas também a parte social e económica”.

Conhecimento geomorfológico é essencial para gestão espacial

Investigador Telmo Morato alerta que uma “boa gestão espacial” do mar dos Açores só é possível com a disponibilização de “boa informação geomorfológica”

O investigador da Universidade dos Açores, Telmo Morato, alertou, na Horta, para a necessidade de conhecer o que existe no mar profundo dos Açores e de possuir “uma boa informação sobre a sua geomorfologia”, porque, “se isso não acontecer, é difícil fazer uma boa gestão espacial”.

Segundo Telmo Morato, “há quase 20 anos que os Açores se empenham no reforço do seu conhecimento em relação à geomorfologia, à distribuição espacial de várias componentes do ecossistema, à distribuição espacial das atividades humanas atuais e futuras e ao desenvolvimento de ferramentas de gestão que possam utilizar a informação que é produzida”.

Nesse sentido, o investigador afirmou que, em conjunto com o Go-

verno Regional, foi desenvolvido um modelo de ecossistema espacial para a Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores, onde é possível “simular o que poderá acontecer no ecossistema, na pesca, no volume de pescado e na distribuição espacial de todas estas variáveis se implementarmos/testarmos algumas medidas de gestão”, explicou.

Telmo Morato salientou, no entanto, que esta avaliação de todos os cenários produzidos só acontecerá de forma fiável se “tivermos a melhor informação disponível compilada”.

Assim, o investigador realçou que foram definidos critérios no modelo como a inclusão de todos os recursos importantes, dando como exemplo as áreas de reprodução dos ecossistemas; a identificação dos ecossistemas



Telmo Morato focou a sua intervenção no trabalho desenvolvido no conhecimento do mar profundo dos Açores

vulneráveis e, ainda, haver representatividade dos tipos de habitats existentes. Telmo Morato afirmou também que “convém que haja conectividade” entre estas áreas com vista ao “repovoamento” e que haja “replicação de objetivos iguais, mas em áreas diferentes”.

Segundo o cientista, os modelos de previsão da distribuição das espécies já produzem resultados com algum nível de confiança e realçou que o objetivo passa por conseguir “prever zonas onde per-

demos ou ganhamos habitat e ainda onde este não se altera”, já que serão essas que “poderão ser consideradas áreas prioritárias para a conservação, porque serão as que, no futuro, poderão reter alguma da diversidade de genética original das espécies”.

Telmo Morato frisou, no entanto, que toda esta informação é conseguida através da investigação do mar profundo que é “muito cara”, o que levou os investigadores a desenvolver um sistema que permite “obter imagens de qualidade seme-

lhante a um ROV (veículo submarino operado remotamente) e cobrir áreas semelhantes a um ROV e a um custo ao nosso alcance”.

“Isto é de facto uma alteração do paradigma de exploração do mar profundo, porque este ano conseguimos pegar no nosso equipamento e correr a Crista Média Atlântica quase toda até 800 metros de profundidade, dentro da ZEE dos Açores, e cerca de 90% dos sítios que visitámos nunca tinham sido visitados”, explicou o investigador.

“O desafio é reunir informação sobre o OEM”

Diretor de serviços de Biodiversidade e de Política do Mar da DRAM diz que o grande desafio do ordenamento do espaço marítimo é reunir informação

Para o diretor de serviços de Biodiversidade e de Política do Mar da Direção Regional dos Assuntos do Mar (DRAM), Gilberto Carreira, o maior desafio do ordenamento do espaço marítimo é “sempre reunir o máximo de informação possível sobre ele próprio”.

Gilberto Carreira explicou que a informação que existe é “dispersa”, já que, “até há bem pouco tempo, a temática do mar não existia como uma unidade. Existiam, sim, políticas setoriais (transportes, conservação da natureza, pesca, etc.) e todas essas áreas, no fundo, funcionavam compartimentadas”, realçou.



Gilberto Carreira fez a apresentação sobre o processo do OEM nos Açores

“A partir do momento em que nós começamos a considerar o mar como uma unidade de estudo e de análise, que é o que o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) pretende fazer, isso signi-

fica que há aqui um trabalho muito intensivo a fazer de congregar toda a informação que está dispersa por esses múltiplos setores”, salientou Gilberto Carreira.

Segundo o diretor de serviços de

Biodiversidade e de Política do Mar, o desafio é “transformar algo que é multidisciplinar e trazê-lo para uma plataforma comum de entendimento, onde toda a gente fala a mesma linguagem”.

Gilberto Carreira destacou também que “o grande objetivo do plano é potenciar as possibilidades de utilização do espaço marítimo, sempre numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e económica. No fundo, garantir que o mar funciona como um motor do desenvolvimento da sociedade, mas também garantindo que esse mar mantém o bom estado ambiental”.

O membro da DRAM apontou ainda algumas “utilizações potenciais” que poderão surgir através do POEM. “Esperamos que haja um incremento cada vez maior de atividades marítimas que também vão contar com algumas regras de compatibilização com outros usos”, realçou o investigador.

“Há usos mais tradicionais como a pesca que, até há pouco tempo, eram utilizadores únicos do espaço marítimo. Vão continuar a ser muito importantes e serão sempre, isto não está em causa, a necessidade aqui é de gerir o conflito de utilização do espaço”, salientou.

Segundo Gilberto Carreira, “o plano está em elaboração, fizemos um trabalho preliminar, obtivemos o financiamento e, este ano, estamos na fase de consulta dos stakeholders”. Isto porque o investigador defende que o plano deve ser elaborado “de baixo para cima e nunca ao contrário”, porque “os utilizadores é que nos garantem que as regras vão ser cumpridas”.

Gilberto Carreira acrescentou ainda que “para serem cumpridas as regras, é necessário que concordem com elas ou, pelo menos, que tenham estado envolvidos desde o início do processo”. “Até porque o espaço marítimo é muito difícil de fiscalizar”, alertou.



Ana Fraga falou sobre a importância de conhecer o setor das pescas

Estudos na área social e económica são prioridade para a DRP

Investigadora Ana Fraga está a desenvolver um estudo socioeconómico para a DRP sobre as comunidades piscatórias nos Açores com o intuito de conhecer melhor o setor das pescas

“Como é que conseguimos tomar decisões conscientes no setor das pescas se não conhecemos o nosso universo de estudo?”. Esta foi a questão lançada por Ana Fraga, investigadora da Universidade Nova de Lisboa, que introduziu a apresentação do estudo sociodemográfico e económico financiado pelo Governo Regional, através da Direção Regional das Pescas (DRP), para conhecer melhor o setor das pescas nos Açores e articular as diferentes fontes de dados existentes.

Segundo Ana Fraga, o estudo procura “produzir informação válida e validada sobre a dimensão social do setor das pescas”, tendo em conta que “tem havido alguma incoerência, dependendo das fontes”, no relatório do que é o ativo da pesca.

Esta lacuna foi constatada pela DRP que decidiu financiar o estudo

da investigadora da Universidade Nova de Lisboa, para quem é essencial “validar, primeiro, o universo que corresponde ao ativo da pesca na região” e, depois, “aferir a situação individual e perceber o impacto que tem ao nível do tecido social local”, utilizando como exemplo as consequências nos agregados familiares associados à pesca.

No âmbito da conferência internacional sobre a Governança dos Oceanos em Regiões Arquipelágicas, Ana Fraga lembrou que, além do emprego direto, que inclui “quem anda a bordo e quem está em terra, que muitas vezes está inscrito em rol de tripulação, mas opera na preparação das artes e preparação do trabalho em terra”, há outras linhas de emprego associadas à produção, que compreende, por exemplo, funcionários das lotas e administrativos das associações locais, e ainda outra que vai da



Na conferência, foi criada e assinada a Carta de Intenções para a Investigação Social aplicada em Regiões Arquipelágicas e Ultraperiféricas

transformação à venda do peixe, passando pela inspeção e controlo, e que não são contabilizados como empregos do setor.

Nesses níveis, o trabalho feminino é muito maior do que aquele que é oficialmente contabilizado. “Se olharmos para os números, mesmo que contabilizemos todas as mulheres que ativamente e diariamente estão implicadas na gestão do setor, a esmagadora maioria são homens. Se olharmos do ponto de vista do papel funcional em termos de gestão do setor, aí, se calhar, os papéis invertem-se um bocadinho, e a verdade é que é um setor muito gerido pelas mulheres, no sentido de atividades de suporte à pesca”, salientou.

O estudo quer ter, até ao final do ano, o “mapeamento de quem são os restantes atores da fileira da pesca e tentar perceber a distribuição de género, não só em termos quantitativos, mas de distribuição de competências”, adiantou a cientista.

Para um retrato fiel do emprego na pesca, Ana Fraga disse faltar “clarificar critérios e protocolos de recolha para que se possa trabalhar em todo o país”, realçando que as autoridades com-

petentes devem “parar para identificar que informações são necessárias, que dados é preciso monitorizar e definir procedimentos de recolha sistemáticos e de forma utilizável e padronizada, com critérios pré-definidos, para que possamos trabalhar de uma forma concertada e para que se possa responder às necessidades de investigação, mas também às necessidades obrigatórias de relatório de emprego e de Política Comum das Pescas”.

Ana Fraga salientou, ainda, que

“

Estudo quer fazer o mapeamento de quem são os atores da pesca e tentar perceber não só a distribuição de género como a distribuição das competências no setor

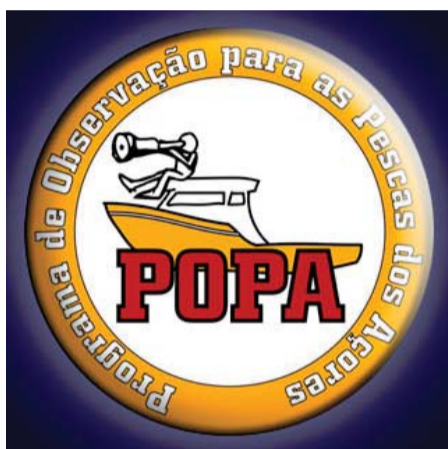
é preciso um “exercício de concertação na gestão do espaço costeiro”, porque “se o objetivo é caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável e trabalhar em cada realidade local nesse sentido, isto tem de estar sempre muito presente”, já que “falar de sustentabilidade implica triangulação entre desenvolvimento integrado entre as esferas social, ambiental e económica”.

A investigadora alertou também que “não se pode desenhar projetos nacionais para desenvolvimento de espaço costeiro e pensar que ele se aplica a todo o território. Mesmo ao nível da região, a realidade difere em todas as ilhas. Importa perceber especificidades de cada comunidade e o papel da pesca em cada uma das realidades”, afirmou.

O estudo sociodemográfico encomendado pela Direção Regional das Pescas deverá resultar numa base de dados, onde irão constar informações como a idade, escolaridade e formação/qualificação, assim como a situação face ao emprego, isto é, se é empresário ou contratado. Para Ana Fraga, isto é essencial para “tomar decisões conscientes” acerca do setor.

Programas contribuem para a sustentabilidade dos recursos

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia aposta numa série de programas e projetos com vista à monitorização, conservação e sustentabilidade dos ecossistemas e dos recursos marinhos na Zona Económica Exclusiva (ZEE) dos Açores



POPA - PROGRAMA DE OBSERVAÇÃO PARA AS PESCAS DOS AÇORES

Surgiu em 1998 como resposta à necessidade de assegurar que as capturas de atum nos Açores não provocavam mortalidade ou molestação intencional de cetáceos. Este estatuto, atribuído a nível internacional pela ONG "Earth Island Institute", com a sigla EII, é desde então concedido à frota e produtos da pesca do atum açorianos com base nos resultados do programa.

Mais informação em www.oceanos.uac.pt/popa/index.htm



COSTA - CONSOLIDATING SEA TURTLE CONSERVATION IN THE AZORES

Principal objetivo é a recolha de dados biológicos, demográficos e de capturas de tartarugas e de pesca accidental de tubarões na região. Esta iniciativa procura ainda revitalizar, reestruturar e consolidar o programa de marcação existente do Instituto do Mar (IMAR) sediado no Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, além de promover boas práticas de manuseamento de tartarugas por parte dos pescadores.

Mais informação em <http://costapopa.wixsite.com/costa>

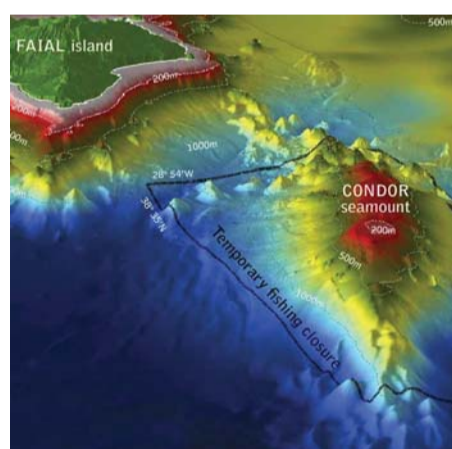
ARQDAÇO - CAMPANHAS DE MONITORIZAÇÃO ANUAL DOS DEMERSAIS

Surge da necessidade de aquisição de dados das principais pescarias dos Açores (demersal e de profundidade) tanto em valor como em capturas. Principal objetivo é a obtenção de índices de abundância das principais espécies demersais e de profundidade exploradas nos Açores e acompanhar o estado destas populações, bem como complementar toda a informação sobre a biologia e ecologia destas espécies, recolhendo e analisando a informação básica utilizável para fins de avaliação e gestão.



PNRD - PROGRAMA NACIONAL DE RECOLHA DE DADOS

Consiste na recolha sistemática de dados biológicos, socioeconómicos e ambientais essenciais à condução da Política Comum de Pescas. Esta é uma obrigação do Estado Membro fundamental para avaliar o estado de conservação das unidades populacionais, a rentabilidade dos diferentes segmentos do setor e os efeitos da pesca e da aquicultura no ecossistema. A recolha de dados proporciona bases para fundamentar pareceres científicos. Mais informação em www.dgrm.mm.gov.pt/pnrd



PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DO BANCO CONDOR

A pesca demersal foi proibida em 2010 na área do Banco Condor, monte submarino com mais de um quilómetro de altura e 26 quilómetros de extensão, situado a cerca de 10 milhas da ilha do Faial. Em 2008, foi instalada uma estação científica de observação permanente que visa obter informação mais detalhada sobre a ecologia das espécies demersais, existindo anualmente uma campanha de monitorização. Atualmente, a interdição da pesca no Condor existe até 2020.



LIFE AZORES NATURA

Projeto de conservação de área marinha e terrestre. Na componente marinha, o intuito é complementar medidas de conservação e de gestão das atividades humanas no mar. Prevê ações ligadas à recuperação de habitats marinhos, ao controlo de espécies marinhas invasoras e à monitorização de atividades humanas no mar. Está prevista a criação de uma nova área marinha protegida de grande dimensão para cetáceos, especialmente baleias, tartarugas e outras espécies da megafauna oceânica que visitam sazonalmente a região.

BLUE AZORES

Parceria entre Governo Regional, Fundação Oceano Azul e Fundação Waïtt, focada na promoção da conservação marinha e da utilização sustentável do Mar dos Açores, sendo um dos objetivos declarar 15% da ZEE dos Açores como novas áreas marinhas protegidas. Está também a ser implementado o programa 'Educar para uma Geração Azul' que pretende estimular o envolvimento das escolas e das gerações mais jovens em questões ligadas à literacia azul. Mais informação em www.oceanoazulfoundation.org/pt-pt/initiatives/blueazores/



MONICO - PROGRAMA PARA A GESTÃO DE RECURSOS COSTEIROS

Anunciado recentemente pelo Governo Regional, tem como objetivo aferir o estado de exploração de recursos como peixes, lapas, cracas, algas, crustáceos, entre outras espécies, que são alvo da pressão de exploração nalgumas ilhas e que importa avaliar com mais detalhe.

